



CERTIDÃO

Em razão do julgamento de alguns processos éticos-disciplinares, em obediência ao Art. 72, § 2º do EOAB, a presente ata terá algumas partes fragmentadas:

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015 (8ª Sessão Ordinária)

Data: 10 de outubro de 2014, 14h00min.
Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na oitava sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315; Vice-Presidente – Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807; Secretário-Geral – Paulo Saint Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; Diretor-Tesoureiro – Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807; Secretária-Geral Adjunta Heloísa Maria Teodoro Cunha. **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Célio Alves de Moura, Dinalva Bezerra Costa, Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan, Huascar Mateus Basso Teixeira, José Augusto Bezerra Lopes, José Pedro da Silva, Leontino Labre Filho, Luiz Antonio Monteiro Maia, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Orlando Rodrigues Pinto, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes Garcia, Saulo de Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros e Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães Chegury, e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Alexandre aAbreu Aires Junior, Márcio Gonçalves Moreira, Marinólia Dias Reis e Roger de Melo Ottaño. **Conselheiros Federais:** Ercílio Bezerra, Carlos Augusto Pinheiro e Gedeon Batista Pitaluga Junior. **Ausências justificadas:** Conselheiros Estaduais: Alex Hennemann, Pedro Carvalho Martins e Sérgio Menezes Dantas Medeiros. A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudando os presentes e desejando sucesso nos trabalhos do dia. Após, o Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a Ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão inverteu a ordem da pauta e iniciou pelo **item 02 da Pauta:**



1 OAB/PREV, o Presidente do instituto, Dr. Enil Henrique de Souza Neto,
2 explanou sobre as atividades da OAB/PREV e explicou as mudanças ocorridas
3 na gestão, informando ainda que o instituto conta atualmente com mais de três
4 mil e quinhentos participantes e possui patrimônio superior a cinquenta
5 milhões de reais, e que o rendimento do ativo está cerca de cinquenta por cento
6 superior ao da poupança, finalizou conclamando os advogados a aderirem ao
7 instituto, o Presidente da CAATO Marcelo Wallace reafirmou as vantagens de se
8 associar ao instituto, que disponibilizará consultor-vendedor exclusivo para o
9 Tocantins. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão solicitou a retirada das
10 pessoas não habilitadas a assistir os julgamentos dos recursos ético-
11 disciplinares e colocou em apreciação o **item 08 da Pauta (...) item 01 da**
12 **Pauta:** alteração no comando da Comissão de Apoio aos Advogados em Início
13 Carreira, o atual Presidente, Dr. Renato de Oliveira, que está se retirando,
14 agradeceu o apoio recebido da Diretoria e Conselheiros durante o tempo que
15 esteve a frente da Comissão, e desejou sorte aos novos comandantes. Em
16 seguida o Secretário Geral leu o termo de posse dos novos Presidente e Vice-
17 Presidente da Comissão, Dr. Pablo Araújo Macedo e Dra. Brisa Costa Ayres
18 Rodrigues. O novo Presidente da Comissão se dirigiu a tribuna e colocou-se a
19 disposição de todos, agradeceu a confiança neles depositada e prometeu se
20 empenhar para bem conduzir a Comissão. O Conselheiro Alexandre Aires
21 comentou sobre o empenho que já demonstraram e que certamente
22 desempenhará excelente trabalho a frente da Comissão, e também agradeceu ao
23 Dr. Renato de Oliveira pelo esforço e dedicação durante o período em que bem
24 comandou a Comissão. Em seguida passou-se ao **item 03 da Pauta:**
25 Apresentação, discussão e votação das anuidades para o ano de dois mil e
26 quinze: o Diretor Tesoureiro Pompílio Lustosa expôs a sugestão da Diretoria, de
27 manter os valores das anuidades nos mesmos do corrente ano, fazendo incidir o
28 reajuste apenas nos emolumentos, ressaltou que essa é apenas a sugestão da
29 Diretoria, pois que o Conselho Estadual é soberano, o Conselheiro Alessandro
30 Canedo disse que o desconto por adimplência é muito grande, e que não há
31 desconto para quem faz o pagamento parcelado, sugeriu que o desconto seja
32 estendido também para o pagamento parcelado, disse ainda que o valor das
33 cópias reprográficas poderia até ser reajustado, para possibilitar a continuidade
34 do serviço no Fórum de Palmas, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que entende
35 conveniente aplicar um reajuste nas anuidades, que passaria para novecentos
36 reais, pois houve aumento nos salários dos funcionários, corte nos repasses por
37 parte do Conselho Federal, propõe novecentos reais para pagamento parcelado e
38 um salário mínimo para pagamento a vista, propõe ainda que todas as taxas de
39 menor valor sejam fixadas em cinquenta reais, para unificar o valor, o
40 Conselheiro Márcio Moreira sugeriu dar desconto de trinta por cento para
41 pagamento a vista e de dez por cento para o parcelado, pois isso possibilitaria o
42 gestor planejar os gastos tendo o dinheiro em caixa, vez que no pagamento
43 parcelado o gestor não pode assumir compromissos futuros pois não há
44 garantia do pagamento das parcelas, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que a
45 proposta de reajuste pelo salário mínimo vai para cerca de setecentos e noventa
46 reais, o advogado que paga as parcelas nas datas aprazadas também deve ser



1 premiado pela assiduidade, com desconto. O Conselheiro Huascar Basso
2 sugeriu parcelar o valor a vista em três vezes, nos meses de janeiro, fevereiro e
3 março, o Diretor Tesoureiro Pompílio Lustosa sugeriu os seguintes valores e
4 datas: para pagamento a vista, até o dia dez de fevereiro, o valor da anuidade
5 seria de setecentos reais, se o pagamento ocorrer até o dia dez de março o valor
6 seria de oitocentos reais, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que somente
7 poderia ser duas opções, a vista e parcelado, o Presidente Epitácio Brandão
8 sugeriu definir o valor primeiro e depois a forma de pagamento, sugeriu o valor
9 de novecentos reais para pagamento parcelado, com desconto de duzentos reais
10 caso o pagamento seja efetuado até o dia dez de fevereiro, e de cem reais caso o
11 pagamento seja realizado até o dia dez de março, submetido a votação, foi
12 aprovada a seguinte proposta: o valor da anuidade será de novecentos reais,
13 com desconto de duzentos reais caso o pagamento seja efetuado até o dia dez de
14 março, ou então pagamento parcelado em dez vezes, iniciando no mês de março,
15 com cinco por cento de desconto, no tocante as taxas menores foi aprovado
16 também a unificação do valor em cinquenta reais, para os jovens advogados o
17 valor da anuidade será de setecentos e cinquenta reais. Em seguida passou-se
18 ao **item 04 da Pauta**: Autos nº 011/2014, o Conselheiro Alexandre Abreu
19 efetuou a leitura do seu parecer, indicando que o cargo de analista de controle
20 interno do Município de Palmas não é exclusivo de advogado, sendo a resposta
21 negativa, no sentido de que não há necessidade de registro do diploma, podendo
22 a interessada ser empossada no cargo para o qual foi aprovada, submetido a
23 votação, foi aprovado por unanimidade, devendo a consulta ser respondida por
24 escrito. O Conselheiro Rodrigo Otavio disse que a Comissão de Orçamento e
25 Contas não teve tempo de analisar todos os balancetes, mas que já ficou
26 definido entre os membros da Comissão analisá-los no dia vinte e três de
27 outubro, que hoje foi analisado somente o balancete do mês de agosto da
28 OAB/TO, e que o parecer da Comissão é pela aprovação, submetido a discussão
29 e votação, o balancete do mês de agosto da OAB/TO foi aprovado por
30 unanimidade, o Conselheiro Rodrigo Otavio informou que até o final de outubro
31 farão a análise de todos os balancetes pendentes da CAATO. O Presidente
32 Epitácio Brandão relatou conversa que teve com os integrantes da Comissão de
33 Orçamento e Contas Conselheiros Rodrigo Otavio e José Pedro sobre as
34 dificuldades financeiras que a OAB/TO está passando, que foi gasto dinheiro
35 com reformas, etc., foram usados recursos estaduais nas obras em Miracema,
36 cem mil reais para o clube de Gurupi, que houve diminuição nos repasses de
37 subsídios por parte do Conselho Federal, que devemos preparar para caminhar
38 pelas próprias pernas, que ainda foi dado o aumento para os servidores,
39 conforme aprovado por este Conselho, que a partir de agora as despesas serão
40 comedidas, diminuídas. Em seguida passou aos **itens 05, 06 e 07 da Pauta**:
41 apresentação, discussão e votação de registro e alteração de registro de
42 sociedades de advogados, foi adotado o julgamento em bloco, o Conselheiro
43 Alexandre Abreu fez a leitura dos pareceres da Comissão, a saber: registro da
44 sociedade Pimpim & Rocha Coelho Advogados Associados (item cinco da Pauta),
45 o parecer é favorável ao deferimento da alteração; registro da sociedade de
46 advogados Menezes Costa Sociedade de Advogados (item seis da Pauta), o



1 parecer da Comissão é favorável, submetidos a votação, ambos foram
2 aprovados por unanimidade; registro da sociedade Silva e Alves Sociedade de
3 Advogados (item sete da Pauta), o parecer é favorável ao deferimento do registro,
4 o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra entende que o fato de ter um Procurador
5 Geral do município a frente dessa sociedade inviabiliza o registro, vez que o
6 cargo é incompatível com o exercício da advocacia para terceiros, ele só pode
7 advogar para o ente público, o procurador não poderá ser remunerado pela
8 sociedade, é questão de ordem ética, tem ainda a questão do tráfico de
9 influencia, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que o cargo não é incompatível
10 com a advocacia, apenas limita o exercício da advocacia ao ente ao qual
11 pertence, a lei oito mil novecentos e seis não diz que é incompatível, o Vice-
12 Presidente Rubens Dário disse que são dois aspectos: o registro da sociedade e o
13 aspecto deontológico, do ponto de vista registral não há impedimento, pois ele é
14 advogado, ainda que só possa atuar em nome do município, em relação ao
15 aspecto deontológico, ele estaria sujeito a punições, não podemos cercar aos
16 demais sócios exercerem a advocacia na sociedade, para registrar a sociedade
17 de advogados os componentes devem estar inscritos na Ordem e aptos a exercer
18 a advocacia, O Conselheiro Alexandre Abreu disse que o procurador geral pode
19 emitir pareceres para outros município, etc., só há limitação no *jus postulandi*, e
20 somente seria negado o registro da sociedade se ele estivesse impedido de
21 exercer a advocacia. O Conselheiro Roger Otano disse que deve ser averbado na
22 constituição da sociedade a condição do sócio ser procurador geral do
23 município. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o
24 Presidente Epitácio Brandão passou a palavra ao Presidente da Comissão de
25 Precatórios Paulo Roberto, que manifestou sobre levantamento de alvarás por
26 outros advogados que apresentam procurações, argumentou que é necessário
27 reconduzir o Juiz Pedro Nelson Coutinho para o cargo de Juiz auxiliar de
28 precatórios, que já solicitou reunião com o Presidente Epitácio Brandão para ir
29 ao Tribunal de Justiça fazer essa reivindicação, colocou-se a disposição dos
30 colegas. O Conselheiro Rodrigo Otavio comentou sobre problema crônico na
31 Terceira Vara Cível de Palmas, que o retorno do Dr. Pedro Nelson, o titular,
32 melhorou a prestação jurisdicional, é preciso equacionar isso. O Conselheiro
33 Alessandro Canedo referendou essa posição. A Conselheira Dinalva Bezerra
34 comentou a respeito da Comissão de Direito Previdenciário, asseverando que até
35 agora nada foi aprovado sobre a revisão na tabela de honorários, solicitou ao
36 Presidente Epitácio Brandão agilizar o tema, o Presidente Epitácio Brandão
37 solicitou aos membros da referida Comissão que se reúnam e emitam um
38 parecer, o Conselheiro Alessandro Canedo disse que na próxima sessão trará
39 uma sugestão. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão franqueou a palavra
40 ao Dr. Deocleciano Gomes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que
41 falou sobre ofício recebido da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, dando
42 conta que um advogado de Colinas/TO, o Dr. Silvano Lima Rezende, está
43 sofrendo ameaças de morte, fez a leitura do ofício que foi encaminhado a OAB, e
44 sugeriu adotar providencias em favor desse advogado. O Presidente Epitácio
45 Brandão determinou que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de
46 Prerrogativas cuidem desse assunto, o Presidente Deocleciano Gomes sugeriu a



1 realização de manifestação pública da OAB para denunciar essa situação, e
2 cobrar da Secretaria de Segurança Pública efetiva proteção e apuração das
3 ameaças, o Conselheiro Alexandre Abreu recomendou entrar em contato com as
4 comissões do Estado do Pará que têm bastante experiência nesse tema. Em
5 seguida o Conselheiro Ronan Pinho disse que tem sugestões a fazer, a primeira
6 é em relação ao simples da advocacia, que apesar de ser atribuição do Conselho
7 Federal, sugeriu incluir a advocacia no anexo IV ao invés do anexo III, sugeriu
8 ainda que nossa Comissão de Direito Tributário formalize essa posição ao
9 Conselho Federal, o Presidente Epitácio Brandão disse que a sugestão será
10 levada ao Conselho Federal. O Conselheiro Adwardes Vinhal justificou sua saída
11 antecipada da sessão. O Conselheiro Ronan Pinho fez segunda sugestão, de
12 incluir no e-Proc que nas ações de réu preso por alimento, conste que a prisão é
13 decorrente do não pagamento de pensão alimentícia, deve ser inserida essa
14 ferramenta no e-Proc, o Presidente Epitácio Brandão informou disse que a
15 sugestão também será levada ao TJTO. O Presidente da Subseção de Gurupi
16 Albery Oliveira disse que em Gurupi o e-Proc não aceita converter inquérito em
17 TCO, o Vice-Presidente Rubens Dário sugeriu que essa constatação seja
18 encaminhada diretamente para a Comissão de Prerrogativas. O Conselheiro
19 Ronan Pinho expôs a terceira sugestão, no sentido de viabilizar ferramenta para
20 habilitar os estagiários no e-Proc, de forma que eles possam atuar nos autos
21 sem usar a senha do advogado, mas com senha própria, o Vice-Presidente
22 Rubens Dário disse que isso já está sendo estudado no TJTO, que essa
23 ferramenta já foi criada para os assessores dos juízes, que a árvore do e-Proc foi
24 uma sugestão e pedido da advocacia atendida pelo TJTO. O Conselheiro Célio
25 Moura manifestou sua preocupação com a construção do fórum de Araguaína,
26 que está muito lenta, que há poucos trabalhadores e máquinas, pede que a
27 OAB/TO interceda para agilizar, e parabenizou os brasileiros pelas eleições. O
28 Conselheiro Ronan solicitou que o TJTO disponibilize o cronograma da obra,
29 disse ainda que um defensor público de Araguaína foi ao fórum de Palmas e teve
30 que passar por detector de metais, o que não é exigido para juízes e promotores,
31 disse ainda, com relação a RPVs, que uma colega está tendo dificuldades no
32 recebimento, pois o advogado é obrigado a se deslocar até Palmas acompanhado
33 do cliente, senão não recebe, solicita averiguar essa exigência, que seria do
34 TJTO. O Conselheiro Alessandro Canedo comentou sobre o Código de
35 Organização Judiciária do Tocantins, que está sendo guardado a sete chaves
36 pelo TJTO, que não podemos ficar a margem das discussões, acha que o COJ
37 será aprovado em breve, devemos trabalhar para ter acesso antes da aprovação,
38 para não sermos surpreendidos, o Presidente Epitácio Brandão se comprometeu
39 a levar esse tema ao conhecimento da Presidente do TJTO. O Vice-Presidente
40 Rubens Dário comentou sobre as obras no clube do advogado de Gurupi, que a
41 imobiliária dona do loteamento está tomando as providencias para sanar os
42 problemas de drenagem na rua do clube, o Presidente Albery Oliveira disse que
43 a obra está quase concluída, o serviço é de boa qualidade. Em seguida o
44 Presidente Epitácio Brandão declarou encerrada a sessão e convidou todos para
45 a solenidade de entrega de carteiras para aos novos advogados e estagiários.
46 Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretário-Geral da



1 Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata
2 que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

3
4
5 **Dr. Epitácio Brandão Lopes**
6 Presidente

7
8
9 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**
10 Secretário-Geral